

A Frente Comum reivindica:

- Negociação e contratação coletiva que os governos têm inteira obrigação de respeitar e promover;
- Direito ao emprego e reforço do papel da Administração Pública e dos Serviços Públicos na satisfação das necessidades básicas da população e no respeito pelos direitos constitucionais;
- Garantir que nenhum trabalhador da Administração Pública é prejudicado em termos de proteção social;
- Manutenção da ADSE como sistema público complementar de saúde na Administração Pública, para os trabalhadores e aposentados da Administração Pública, independentemente do tipo de vínculo, repondo o valor das contribuições para 1,5% sobre o período de 12 meses e recusando o caminho da mutualização;
- Direito à segurança e saúde no trabalho, cumprindo-se a legislação em vigor;
- Salvaguarda expressa da liberdade de participação e organização sindical de todos os trabalhadores, independentemente do seu local de trabalho ou do regime em que este é prestado;
- Respeito pelo direito à greve.



Respeitar os direitos sociais e laborais individuais e coletivos

Por uma administração pública ao serviço das populações e do país

A Frente Comum exige:

- Concretização de uma política de contratação que permita assegurar a renovação de quadros na Administração Pública;
- Assegurar o financiamento adequado de todos os Serviços Públicos;
- Reversão do processo de transferência de competências em curso;
- Adoção de políticas que garantam a reversão do caminho de destruição dos serviços públicos, respeitando a Constituição da República Portuguesa, com especial enfoque no Serviço Nacional de Saúde.

A Frente Comum reafirma a urgência de respostas aos problemas dos trabalhadores da Administração Pública e de reforço das funções sociais do Estado.

Exigem-se medidas imediatas, como o aumento de salários e a contratação de trabalhadores. Exige-se uma alteração de políticas que promova os direitos dos trabalhadores, reforce a atratividade do desempenho de funções públicas e que garanta uma Administração Pública capaz de responder às necessidades das populações.

A Frente Comum continuará a exigir ao governo a negociação das matérias apresentadas e continuará o caminho de mobilização de todos os trabalhadores da Administração Pública em torno das suas reivindicações: ao mesmo tempo, condena os ataques que têm vindo a verificar-se à negociação, à contratação coletiva e ao exercício dos direitos sindicais, em particular o direito à greve.

A luta é o caminho que garantirá a concretização das legítimas aspirações dos trabalhadores!

PROPOSTA REIVINDICATIVA COMUM PARA 2024



Proposta da Frente Comum ao encontro das necessidades e aspirações dos Docentes

A abrir

Tentando fazer passar uma ideia de melhoria dos rendimentos, nomeadamente na Administração Pública, que é contrariada pela realidade vivida pelos trabalhadores, o governo insiste em não dar resposta à perda efetiva do poder de compra que se situou, em termos líquidos, nos 5,1%, entre abril de 2022 e abril de 2023.

Acresce que os juros da habitação, subiram em média 40% entre junho de 2022 e julho de 2023. Não é aceitável que os bancos estejam a arrecadar 11 milhões de lucros por dia, num total de 4,4 mil milhões no 1º semestre de 2023 (INE) sem que o governo tome qualquer posição, para além da possibilidade de aumentar os anos de subjugação das famílias a esta dívida.

A Frente Comum defende um caminho diferente. Num quadro em que o crescimento económico existe, o que se exige do governo é que defenda os interesses do País e reforce os Serviços Públicos. Tal caminho não se compadece com políticas de desresponsabilização do Estado em setores essenciais à vida das populações, nem com a degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública. O País tem recursos, incluindo financeiros, que permitem tornar melhores os Serviços Públicos e garantir a reposição e aumento do poder de compra dos seus trabalhadores.

A Proposta Reivindicativa Comum para 2024 contém as soluções para os problemas que a Administração Pública enfrenta. Dando destaque à necessidade emergente de aumentar de forma significativa os salários de todos os trabalhadores, não deixa de fora questões centrais para garantir o reforço e a atratividade da Administração Pública, como são a revogação do SIADAP, a correção da TRU, a valorização das carreiras profissionais, o fim da precariedade e o investimento na capacidade de resposta dos Serviços Públicos.



Resolução urgente

O aumento intercalar das remunerações, no sentido de repor o poder de compra perdido em 2023.

Prioridades Reivindicativas para 2024

- Aumento salarial não inferior a 15%, num mínimo de 150 euros, para todos os trabalhadores, com efeitos a de 1 de janeiro de 2024;
- Atualização do subsídio de refeição para 10,50 euros;
- Contagem de todo o tempo de serviço nas carreiras em que as progressões dependem deste fator;
- Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas e sem vagas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize, realmente, os docentes, potenciando o desenvolvimento e progressão profissionais;
- Transitoriamente e no plano imediato, garantia de aposentação sem penalizações aos 40 anos de tempo de serviço e de contribuições, a partir de janeiro de 2024;
- Reposição dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troika em Portugal, como primeiro passo para uma maior justiça fiscal;
- Reposição integral do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional;
- Criação de Serviços de Saúde Ocupacional em todos os serviços da Administração Pública;
- Atualização da lista de Doenças Profissionais, adequando-se os respetivos critérios de classificação ao contexto profissional;
- Dedução em sede de IRS, de todas as despesas resultantes da aquisição de equipamentos, designadamente informáticos, de apoio à atividade profissional e de materiais/consumíveis, nos termos do que se encontra estabelecido no artigo 168.º do Código de Trabalho.



35 horas para todos!

A Frente Comum reitera a exigência da aplicação do horário semanal de 35 horas a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas, independentemente do vínculo e colocação. Para além disso, rejeita firmemente a adaptabilidade, o banco de horas e todas as formas de desregulação de horários.

A Frente Comum exige:

- Atribuição do vínculo de nomeação definitiva a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas;
- Eliminação de todas as formas de precariedade na Administração Pública e a abertura de procedimentos concursais que garantam a efetivação do princípio de que a necessidades permanentes tem de corresponder um vínculo definitivo;
- Integração imediata de todos os trabalhadores com vínculos precários que reúnam condições para integrar as respetivas carreiras, contabilizando-se para esse efeito todo o tempo de serviço prestado para todos os efeitos legais;
- Fim dos bloqueios à contratação de trabalhadores na Administração Central, Regional ou Local, dotando os serviços do número de trabalhadores necessários ao desenvolvimento das suas funções;
- Integração na esfera pública de todas as funções sociais do Estado;



Defender o emprego público e acabar com os vínculos precários



Defender o direito a uma aposentação/reforma digna para todos

A Frente Comum exige:

- Aumento de todas as Pensões de Aposentação/ Reforma, de modo a recuperar o poder de compra perdido;
- Reposição das condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, e reposição da forma de cálculo das pensões, salvaguardando regimes específicos consagrados ou a consagrar com condições de acesso mais favoráveis;
- Aumento das percentagens de cálculo da pensão de sobrevivência;
- Criação de condições específicas no acesso à aposentação sem penalizações aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou de doença profissional.